

Justificativa: Retificação na Cláusula Quinta do Contrato nº 093/2018-MP/PA.
Onde se lê: “CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
5.10. A Nota Fiscal deverá ser emitida por município com valor global com até duas casas decimais. As sobras decorrentes de arredondamento poderão ser faturadas no final do exercício ou do contrato.”
Leia-se: “CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
5.10. A Nota Fiscal deverá ser emitida com valor global com até duas casas decimais. As sobras decorrentes de arredondamento poderão ser faturadas no final do exercício ou do contrato.”
Ordenador Responsável: Dra. Rosa Maria Rodrigues Carvalho, Procuradora-Geral de Justiça, e. e.

Protocolo: 382386

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA N.º 805/2018-MP/SGJ-TA

A SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria n.º 114/2018-MP/PGJ, de 12 de janeiro de 2018,
CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 006/2018/MPPA/CPAD, datado de 30/10/2018,
R E S O L V E:
PRORROGAR o prazo de conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da PORTARIA Nº 628/2018-MP/SGJ-TA, de 27/08/2018, publicada no D.O.E. de 06/09/2018, por 60 (sessenta) dias, nos termos do art. 208 da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/01/1994.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 12 de novembro de 2018.
ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO
Subprocuradora-Geral de Justiça,
para a Área Técnico-Administrativa

PORTARIA N.º 806/2018-MP/SGJ-TA

A SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria n.º 114/2018-MP/PGJ, de 12 de janeiro de 2018,
CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 106/2018/MP/CPPADS, datado de 05/10/2018,
R E S O L V E:
PRORROGAR o prazo de conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da PORTARIA Nº 670/2018-MP/SGJ-TA, de 18/09/2018, publicada no D.O.E. de 24/09/2018, por 60 (sessenta) dias, nos termos do art. 208 da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/01/1994.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 12 de novembro de 2018.
ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO
Subprocuradora-Geral de Justiça,
para a Área Técnico-Administrativa

Protocolo: 382523

EXTRATO DA PORTARIA Nº 024/2018-MP/PJSDA

A Promotora de Justiça de São Domingos do Araguaia, com fundamento no art. 54, VI e §3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório instaurado pela portaria nº 024/2018-MP/PJSDA e registrado sob o número único PP 014/2018-MP/PJSDA que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de São Domingos do Araguaia, situada na Avenida Jarbas Passarinho, nº 241, Edifício do Fórum, Centro, CEP. 68.520-000 – São Domingos do Araguaia – Pará – Fone: (94) 3332-1206.
Portaria nº 014/2018-MP/PJSDA
Investigado: Em apuração.
Assunto: “Verificar a existência de transporte irregular de passageiros, realizado por veículos não autorizados, no município de São Domingos do Araguaia.”
São Domingos do Araguaia/PA, 27/10/2018
PATRICIA PIMENTEL RABELO ANDRADE – Promotora de Justiça

Protocolo: 382347

AVISO Nº 38/2018-CSMP

Faço público, a quem interessar possa que a 9ª Sessão Extraordinária do Conselho Superior, realizar-se-á no dia 19 de novembro de 2018, às 10h, no Plenário “Procurador de Justiça Octávio Proença de Moraes”, no quarto andar do Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará, situado à Rua João Diogo nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade, para apreciação da pauta a seguir:
ITENS DA PAUTA:
1.Apreciação da Ata da 20ª Sessão Ordinária, realizada em 25/10/2018.
2.Julgamento de Processos:
2.1. Processos de Relatoria da Conselheira ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO:

2.1.1. Processo nº 000165-151/2016
Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Secretaria Estadual de Educação – SEDUC
Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital
Assunto: Apurar possíveis irregularidades com relação ao desvio do benefício do programa Escola Aberta em favor da Tesoureira Maura Janete Cavalcante de Almeida, pactuada com a Vice-Diretora Karina Barbosa Soares, que passou a ser exercido aos finais de semana, contrariando os preceitos e normas legais do Conselho Escolar.
2.1.2. Processo nº 000124-012/2018
Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Em Apuração
Origem: 5º PJ de Marituba
Assunto: Apurar as condições de segurança das passarelas públicas situadas na rodovia BR 316, Km 11 a Km 13.
2.1.3. Processo nº 002013-116/2013
Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação de Belém - SEMEC
Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital
Assunto: Apurar suposta improbidade administrativa praticada por servidores públicos ao impedir acesso do Coordenador Executivo de Belém do SINTEPP à Escola Municipal de Educação Infantil Duas Irmãs.
2.1.4. Processo nº 000502-125/2014
Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Centrais de Abastecimento do Para S/A - CEASA
Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital
Assunto: Apurar denúncia anônima de que na Central de Abastecimento do Pará – CEASA estariam ocorrendo contratos sem licitação com favorecimento ao superfaturamento.
2.1.5. Processo nº 003159-070/2018
Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Jorge Paulo Da Silva
Origem: 2º PJ de Redenção
Assunto: Apurar suposta prática de ato de improbidade administrativa imputada ao ex-prefeito de Redenção, Jorge Paulo da Silva, vulgo “JPC”.
2.1.6. Processo nº 000136-940/2018
Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Município de Marabá - Prefeitura Municipal
Origem: 11ª PJ de Marabá
Assunto: Apurar de forma detalhada acerca do contrato de fornecimento de merenda escolar entre a Prefeitura de Marabá e a Empresa EB Alimentação Escolar, ante série de notícias publicadas na imprensa local acerca de irregularidades no fornecimento da merenda escolar no município de Marabá.
2.2. Processos de Relatoria do Conselheiro FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA:
2.2.1. Processo nº 000131-012/2018
Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Faculdade FLATED
Origem: PJ de Terra Santa
Assunto: Apurar irregularidades do curso de pedagogia ministrado pela FLATED - Faculdade Latino Americana de Educação.
2.2.2. Processo nº 000064-012/2018
Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Prefeito Municipal de Acará
Origem: PJ de Acará
Assunto: Apurar suposta prática de crimes de uso indevido de bens e serviços públicos em proveito próprio, previstos no art. 1º, incisos I e II, do Decreto-Lei nº 201/67 e Crime de descumprimento à ordem judicial (art. 1º, inciso XIV, do Decrto-Lei nº 201/67), praticado pelo Prefeito Municipal de Acará, José Maria de Oliveira Mota Junior.
2.2.3. Processo nº 000103-012/2018
Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Município de São João do Araguaia
Origem: PJ de São João do Araguaia
Assunto: Apurar notícia de irregularidades na aplicação do recurso da merenda escolar, referente ao ano de 2009, no município de São João do Araguaia-PA.
2.2.4. Processo nº 002259-116/2013
Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS
Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital
Assunto: Apurar supostas irregularidades com relação à Dispensa de Licitação nº 12/2012, da Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), cujo objeto é a locação de veículos para atendimento às necessidades operacionais da SEAS.
2.2.5. Processo nº 000222-150/2014
Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): SESMA e HOSPFAR
Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar suposta contratação irregular da empresa HOSPFAR pela SESMA.
2.3. Processos de Relatoria da Conselheira MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO:
2.3.1. Processo nº 000525-036/2018
Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Verbras Indústria e Comércio de Tintas Ltda.
Origem: 4º PJ de Benevides
Assunto: Apurar suposta irregularidade praticada pela empresa Verbras Indústria e Comércio de Tintas por não realizar a inscrição no cadastro de recursos hídricos e não prestar declaração mensal de exploração de recursos hídricos referente aos anos de 2016/2017.
2.3.2. Processo nº 000357-116/2013
Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde - SESMA
Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital
Assunto: Apura possíveis irregularidades no Relatório Anual de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde - SESMA, referente ao exercício 2009.
2.3.3. Processo nº 000189-150/2014
Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Ex-servidores da SEGOV
Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital
Assunto: Apura possíveis irregularidades cometidas por ex-servidores da SEGOV, com relação ao Contrato Administrativo nº 0015/2007 - Tomada de Preços nº 001/2007 (Processo Licitatório nº 2007/363584), firmado entre SEGOV e a empresa MGM Arquitetura, Construções e Serviços LTDA.
2.4. Processos de Relatoria do Conselheiro LUIZ CÉSAR TAVARES BIBAS:
2.4.1. Processo nº 000125-012/2018
Interessado: Corregedoria-Geral do Ministério Público
Requerido(s): Promotor de Justiça I.C.D
Assunto: Autos de proposta fundamentada de afastamento cautelar e preventivo das funções institucionais do Promotor de Justiça I. C. D., requerida pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, nos termos do artigo 211 da lei complementar 057, de 06 de julho de 2006.
2.4.2. Processo nº 000031-440/2017
Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Secretaria de Saúde de Ananindeua
Origem: 2º PJ de Defesa dos Direitos Constitucionais Fundamentais, Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua
Assunto: Investigar o atendimento médico hospitalar dispensado ao nacional Ives Rafael Pereira Lopes.
2.4.3. Processo nº 000101-012/2018
Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Município de Jacareacanga
Origem: PJ de Jacareacanga
Assunto: Providências objetivando a instalação de agência bancaria na cidade de Jacareacanga.
2.4.4. Processo nº 000099-012/2018
Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Prefeitura Municipal de Juruti
Origem: PJ de Juruti
Assunto: Apurar possível fraude em licitação para locação de veículos terrestres e embarcações.
2.4.5. Processo nº 000185-012/2017
Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Prefeitura Municipal de Acará
Origem: PJ de Acará
Assunto: Apurar falta de aulas na rede municipal de ensino devido a falta de professor para ministrar algumas disciplinas, com o comprometimento do calendário escolar.
2.4.6. Processo nº 000069-151/2018
Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Banco do Estado do Pará - BANPARÁ
Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital
Assunto: Apurar possíveis irregularidades no âmbito do Banco do Estado do Pará (BANPARÁ)
2.4.7. Processo nº 000084-440/2015
Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Município de Ananindeua
Origem: 2º PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua
Assunto: Apurar a possível prática de dano ambiental ocasionado pelas atividades dos bares no entorno da Praça da Bíblia, especialmente, os Bares “Água na Boca ”, “Rango Bom”, e “Me Come”.
2.4.8. Processo nº 001117-125/2017
Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Germano Tibério Marini
Origem: 1º PJ de Defesa das Pessoas Com Deficiência e dos